

em discurso proferido pelas bodas de ouro de sacerdote de Valente, em novembro de 1961³. Nesse periódico, ele fazia um jornalismo calcado nos ideais pelos quais fez defesa a vida inteira.

Medeiros (2007) atesta que o fato de *O Semeador* ter uma periodicidade diária era motivo de orgulho para a Arquidiocese de Maceió, que possuía o primeiro diário católico do país. Vasconcelos (1962) também chama a atenção para o fato de o periódico ser o diário católico mais antigo do Brasil. Por isso, sempre que ocorria alguma comemoração pelo aniversário do jornal esse feito era lembrado, como ocorreu em 1968, pelos 55 anos do periódico: “Ao tempo que tantas negativas de diários católicos surgiram no Brasil, ‘O Semeador’ foi o primeiro, na ordem do tempo, diário católico brasileiro e foi um dos poucos (três ou quatro) que conseguiram viver até hoje”⁴. No referido ano, por ocasião da morte de Valente, seu diretor-fundador, foi o último de circulação diária do jornal, que posteriormente foi reativado passando a ter publicação semanal⁵. Tal fato nos faz refletir que *O Semeador* era mantido pela dedicação e obstinação de monsenhor Valente, que tinha ciência do papel de persuasão da imprensa escrita à época.

Em 1917 Valente foi transferido da Igreja Nossa Senhora do Rosário para a Paróquia da Catedral Diocesana. Como vigário de Maceió, ele fundou na Igreja Catedral de Nossa Senhora dos Prazeres várias instituições religiosas, destacando-se a Associação de Santa Zita, que tinha por finalidade prestar assistência às empregadas domésticas⁶ e a Escola Dom Bosco, noturna e gratuita, para crianças pobres. Quando iniciou sua gestão de pároco, a Catedral estava em ruínas, por isso monsenhor Valente realizou várias obras na igreja Matriz da cidade: “[...] nesse período, a Catedral se enriqueceu de majestosa escadaria, de um grande e artístico altar-mor, de vários altares laterais, de um grande salão paroquial floriram as associações religiosas”⁷. Nessa igreja serviu durante mais de cinquenta anos, de 1917 a 1968. De acordo com Vasconcelos (1962: 30):

³Arquidiocese de Maceió. *Livro do Tombo nº 15* (1961-1964). Arquivo da Arquidiocese de Maceió, p. 36.

⁴Arquidiocese de Maceió. *Livro do Tombo nº 16* (1965-1968). Arquivo da Arquidiocese de Maceió, p. 64v, apud MEDEIROS, 2007, p. 106.

⁵Atualmente *O Semeador* tem periodicidade quinzenal.

⁶Arquidiocese de Maceió. *Livro do Tombo nº 16* (1965-1968). Arquivo da Arquidiocese de Maceió, p. 65.

⁷Arquidiocese de Maceió. *Livro do Tombo nº 15* (1961-1964). Arquivo da Arquidiocese de Maceió, p. 36v-37. Palavras de D. Adelmo Machado, em discurso proferido pelas bodas de ouro do sacerdote Valente, em novembro de 1961.

Mons. Valente, pela sua cultura e tenacidade, promove a renovação dos quadros das associações, funda novos órgãos de assistência educacional e social, e cria, nas funções sagradas, êsse ambiente de serenidade e de recolhimento que tanto distingue a vida litúrgica da Catedral.

O Cônego Capitular da Igreja Catedral foi ainda assistente da Ação Católica⁸, cuja atuação marcou o governo de D. Ranulpho da Silva Farias (1939-1948), instituindo-a em Alagoas. Vasconcelos (1962, p. 33) atesta que a primeira semana da Ação Católica em Maceió ocorreu em 1943, contando com a presença do bispo de Garanhuns, D. Mário de Miranda Vilas Boas, e a segunda em 1944, presidida por D. José Delgado. Conforme *O Semeador*:

A Acção Catholica é a organização que fará voltar a christandade toda a humanidade. Ela poderá intervir indirectamente, semeando doutrinas, defendendo os direitos dos pobres, formando a consciência catholica, educando religiosamente a consciência do cidadão, para que saiba cumprir seus deveres. Directamente, defendendo os interesses de Deus sempre que estiverem em jogo (O Semeador, Maceió, 1º de agosto de 1934: 01).

Apesar de ter tido sua origem a partir do avanço e da ameaça comunista, a Ação Católica foi de fundamental importância para pôr em discussão graves questões sociais. As disparidades entre ricos e pobres, sobretudo no campo, tornaram-se alvo de análise e crítica por parte dos clérigos, que passavam a enxergar as necessidades dos mais pobres, como “[...] bem o comprovam a realização de diversos encontros de bispos, como o do vale do São Francisco e os encontros dos bispos do Nordeste e, no caso particular de Arquidiocese de Maceió, a realização das Semanas Ruralistas, a educação de base, a rádio educação, o sindicalismo rural [...]” (MEDEIROS, 2007, p. 103). O pensamento católico entendia que era necessário resolver esses graves problemas sociais, antes que o comunismo o fizesse.

O religioso também era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Nessa instituição, tomou posse no dia 11 de setembro de 1923⁹. Como membro da diretoria, atuou no cargo de suplente de secretário (1922-1923), Secretário Adjunto (1925-1927) e 2º Vice-Presidente (1929-1931)¹⁰. Foi também redator da Revista do Instituto, formando

⁸ Movimento de apostolado, criado pela Igreja Católica no século XX, visando ampliar sua influência social, através da inclusão de setores específicos do laicato e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja. Em Alagoas, foi fundada por Dom Ranulpho da Silva Farias, 3º Arcebispo de Maceió, implantado nos diversos setores da sociedade alagoana.

⁹ Acta da Sessão de 11 de setembro de 1923.

¹⁰ IHGAL, 2008.

comissão juntamente com Craveiro Costa e Amphilophio Mello. Entre 1941 e 1949 participou da comissão de história, composta ainda por José Guedes Ribeiro Lins, Carlos Cavalcante de Gusmão, e posteriormente Manuel Diégues Júnior, Luiz Lavenère e Théo Brandão.

Durante 19 anos, Valente lecionou Teologia Dogmática e Direito Canônico no Seminário Arquidiocesano de Maceió. E ao lado de Gabriel Mousinho, em Olinda, Angelo Sampaio, em Petrolina, monsenhor Tapajós, no Rio de Janeiro e Manoel Pedro Cintra, em São Paulo, o Vigário de Maceió tornou-se uma das maiores autoridades brasileiras na área do Direito Canônico (SOARES, 1981).

Atuando no Liceu Alagoano, Valente foi professor catedrático de História do Brasil¹¹, sendo nomeado por concurso em 18 de abril de 1929 e aposentando-se em 20 de fevereiro de 1952. Conforme Duarte (1961, p. 217-218), Valente assumiu ainda a 2ª cadeira de História da Civilização, criada pelo Decreto nº 1783, de 31 de maio de 1933, e retornou à cadeira de História do Brasil, quando restaurada em 1941. Foi também professor interino de Latim, no ano de 1932, além de diretor da instituição por duas rápidas oportunidades. Na primeira passagem entre outubro e novembro de 1931, sendo exonerado a pedido; e na segunda oportunidade entre março e maio de 1933. Essas funções eram tidas com muito orgulho pelo monsenhor, tanto que sempre eram lembradas nos discursos de homenagens que lhes eram feitas, como por ocasião dos seus cinquenta anos de sacerdócio e do seu falecimento. Afinal, ser professor do Liceu Alagoano era um privilégio e motivo de grande satisfação para os intelectuais da época.

O ingresso de Valente como catedrático no Liceu Alagoano, bem como de outros sacerdotes, na Primeira República, foi uma das tentativas da Igreja de difundir a doutrina cristã entre as elites alagoanas. Essa ação não foi algo pontual em Alagoas, mas ocorreu em todo o Brasil, pois fazia parte da busca de afirmação social e política do catolicismo frente ao estado laico¹². Foi, portanto, através de muitas ações como a criação de colégios católicos, jornais e o ingresso de sacerdotes no ensino público que a Igreja redefiniu, recuperou e ampliou seu papel na sociedade republicana. Em Alagoas, até os anos de 1930, os colégios de grande prestígio social, excetuando-se o Liceu Alagoano, eram o Colégio Diocesano, o Colégio Santíssimo Sacramento, o Colégio São José e o Colégio Guido, todos católicos.

¹¹ Valente foi aprovado para a cadeira História e Corografia do Brasil, porém pelo Decreto nº 1293, de 21 de fevereiro de 1929, Corografia foi anexada à cadeira de Geografia.

¹² A respeito dessa temática, consultar Kulesza (2002).

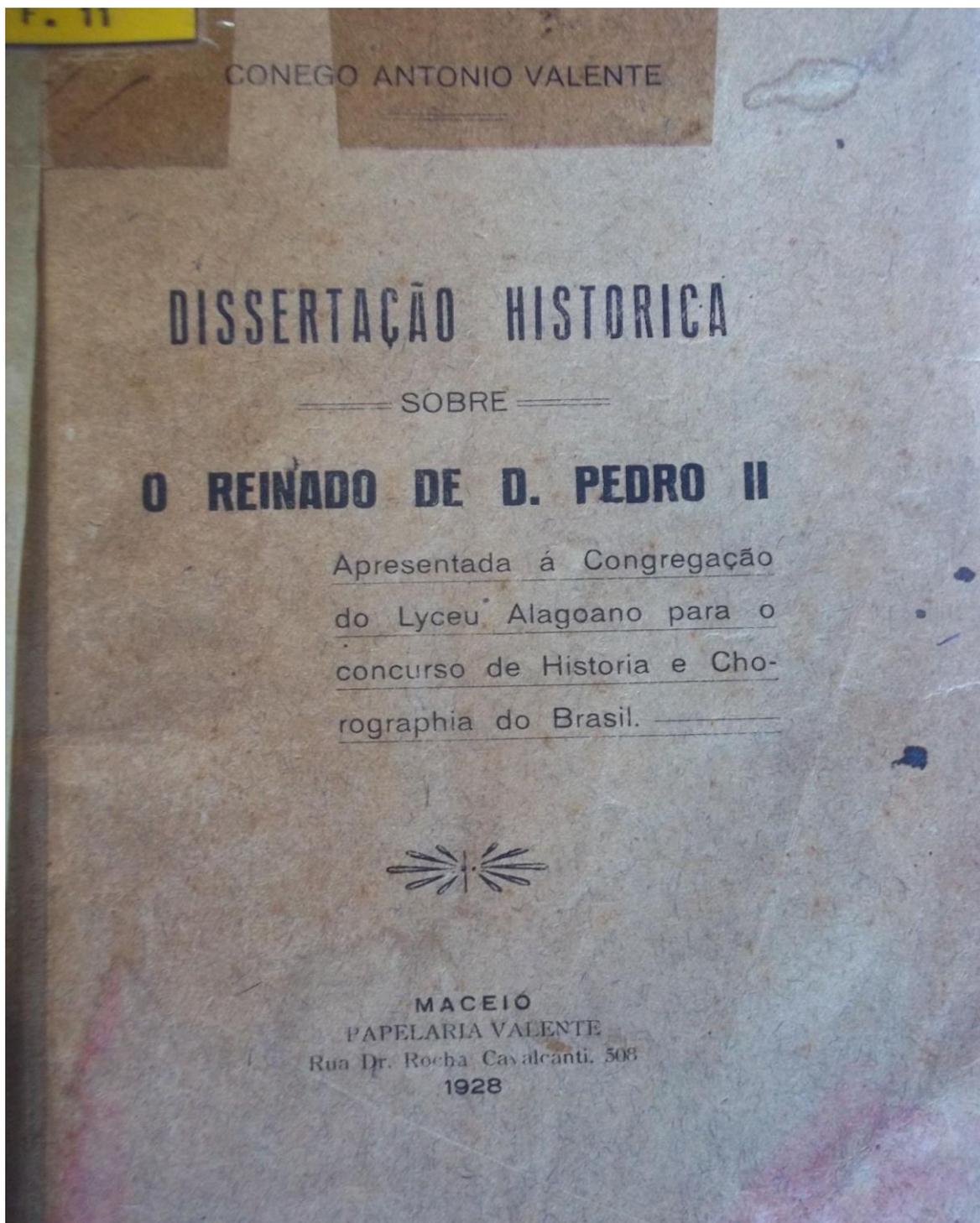


Imagem 1

Capa de *Dissertação historica sobre o reinado de D. Pedro II* (1828)

Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico se Alagoas.

Em Tempo de Histórias

Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB)

Nº. 23, Brasília, ago. – dez. 2013

ISSN 2316-1191

brasileiro. Portanto, seria necessário que ele escrevesse para seus pares, afinal segundo Certeau (1982: 72-73):

Finalmente, o que é uma “obra de valor” em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos objetos e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. O livro ou artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o produto de um lugar.

Especialmente quando trata dos nomes dos “grandes homens” do período, notória é a euforia de Valente. Verificamos que o autor centra atenção em três principais nomes: D. Pedro I, padre regente Diogo Antônio Feijó e D. Pedro II. Para ele, o primeiro imperador foi o grande chefe do movimento separatista do país, que desobedecendo a Metrópole, proclamou a Independência do país,

[...] opoz resistencia brasileira aos intuitos usurpantes das Cortes, revelou visão inteligente e clara da situação, se fez chefe do movimento separatista, tornou brasileiro o anno de 1822 que continuaria a ser de Portugal no Brasil, desobedeceu a Metropole, vibrou como brasileiro e proclamou a independência (VALENTE, 1928: 10).

Importa destacar que a emancipação política do Brasil do reino de Portugal, em 1822, não foi um consenso político entre os vários grupos dominantes, como atesta a historiografia. Tal fato motivou diversos conflitos entre os grupos economicamente mais ricos da sociedade brasileira em busca de uma nova organização político-administrativa que promovesse a construção do novo estado, sobretudo nos anos de 1820 e 1830. Entretanto, esses grupos políticos tinham um ideal comum: “[...] o desejo de salvaguardar os elementos constitutivos de uma economia baseada na agricultura de exportação [...], de modo muito particular a escravidão [...]” (GOUVÊA, 2008: 20).

Tais tensões marcaram a vida política do novo país e podem ser notadas nas determinações da outorgada Constituição de 1824, por parte de D. Pedro I, bem como na sua abdicação, em 1831. Contudo, apesar de se ter ciência da imposição da Carta Magna de 1824, aquelas determinações permaneceram inalteradas durante todo Império, em especial o conceito de cidadania, que constituía uma relação entre liberdade e propriedade.

Em Tempo de Histórias

Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB)

Nº. 23, Brasília, ago. – dez. 2013

ISSN 2316-1191

No capítulo seguinte, trata do Período Regencial (1831-1840), quando a pátria brasileira estava entregue “[...] ao patriotismo e a intelligencia dos seus grandes filhos [...]” (VALENTE, 1928:11). Conforme Valente, naquele período, o padre Diogo Feijó foi o grande patriota, filho e pacificador da nação, cuja atuação “[...] se pode synthetisar em três grandes factos – a pacificação do Pará, a revolta dos farrapos e as luctas parlamentares” (VALENTE, 1928:14).

Ainda segundo Valente, para Joaquim Nabuco, Feijó “[...] foi o grande padre que no seu ministerio da justiça firmou a supremacia do governo civil” (1928, p. 15). Na Regência de Feijó, conforme atesta, não houve tráfico negreiro no Brasil, pois o Regente “contrario ao escravismo libertou em testamento que fez nas vespersas da sua posse da regencia todos os escravos e no seu governo não se affeituou nem um trafico de negros” (VALENTE, 1928:16).

Quando passa a tratar de D. Pedro II, considera-o como o magnânimo e benevolente governante da nação, que:

Tornado maior aos quinze annos de idade, D. Pedro de Alcantara inicia o seu glorioso governo com feitos de benevolência e de longanimidade, concedendo de accordo com a grandesa de seu feitio moral, amnistia geral para todos os crimes políticos e aposentadoria a vários servidores da patria que sem recursos soffriam uma penosa ancianidade (VALENTE, 1928: 19).

Antes de fazer uma análise do governante, Valente apresenta uma visão personalista do Imperador, o qual, na sua escrita, era dotado de grandes qualidades subjetivas, especialmente éticas e morais. Esse tipo de narrativa, na qual sobressaem os dotes pessoais, próprio dos cronistas e biógrafos de D. Pedro II, está carregado do imaginário de um príncipe culto, apreciador das belas-artes e das ciências, europeizado, “[...] sem falar da figura física de um Habsburgo alto, louro, de olhos azuis, numa terra de mestiços [...]” (CARVALHO, 2005: 419).

A maioridade de D. Pedro II

Tornado maior aos quinze annos de idade, D. Pedro de Alcantara inicia o seu glorioso governo com feitos de benevolencia e de longanidade, concedendo de accordo com a grandesa de seu feitic moral, amnistia geral para todos os crimes politicos e aposentadoria a varios servidores da patria que sem recursos soffriam uma penosa ancianidade.

Victoriosos com a maioridade do imperiador, subiram ao poder os liberaes que assim constituem o primeiro ministerio do novo governo — Antonio Carlos de Andrada, imperio; Antonio Limpo de Abreu, justiça; Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, estrangeiro; Martim Francisco de Andrada, fazenda; Antonio Francisco de Hollanda Cavalcante, marinha; Francisco de Paula Hollanda Cavalcante, guerra.

No anno seguinte a 18 de julho effeituou-se na cidade do Rio de Janeiro a sagração de D. Pedro II. As ceremonias revestidas de todo o esplendor da liturgia catholica prodaziram uma forte e respeitosa impressão no animo da população brasileira.

Imagem 2

Trecho da tese de Valente

Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Em Tempo de Histórias

Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB)

Nº. 23, Brasília, ago. – dez. 2013

ISSN 2316-1191

Grande admirador do Imperador, o autor descreve as cerimônias de sacração, que “[...] revestidas de todo o esplendor da liturgia catholica produziram uma forte e respeitosa impressão no animo da população brasileira” (VALENTE, 1928: 19). Impressiona a riqueza de detalhes fornecida por Valente sobre a cerimônia de coroação do monarca, ocorrida em 18 de julho de 1841. Os detalhes despertam-nos a ilusão de que por algum momento o autor participou daquele momento histórico, contudo, certamente o conhecimento da liturgia católica ajudou-o na descrição do ato:

O sagrante ungiu o imperador no pulso do braço direito e nas espaldas, pondo-lhe em seguida por sobre os hombros o manto imperial e nas mãos a espada como symbolo da força. Depois o primaz lhe fez entrega do sceptro, da corôa, do globo e da mão da justiça (VALENTE, 1928 : 20).

Ao que podemos constatar a produção intelectual de Valente estava associada à ideia de construção e constituição da identidade nacional. E em se tratado do ensino de História do Brasil, esse tipo de discurso, que supervaloriza o patriotismo, foi predominante nos programas escolares desde a constituição daquela área de ensino com a criação do Colégio de Pedro II (1837). Entretanto, segundo Bittencourt (2005) é principalmente a partir do início do século XX, que o nacionalismo estará em sintonia com o sentimento patriótico, uma vez que até o início da República esse sentimento não tinha conotações nacionais, e sim regionais. Assim, o ensino de História do Brasil tornava-se um poderoso instrumento ideológico para neutralizar o poder das oligarquias regionais. Para Bittencourt (2005: 185):

O ensino de História do Brasil está associado, inegavelmente, à constituição da identidade nacional. Nacionalismo patriótico, cultos a heróis nacionais e festas cívicas são alguns dos valores que, na escola, se integram ao ensino da História do Brasil ou, ao menos, de uma certa História do Brasil.

Vale ressaltar que esse tipo de discurso, apropriado também por Valente, será de grande valia para a retomada da concepção de Estado Nacional a partir dos anos de 1930. Os programas para o ensino de História do Brasil da Era Vargas pretendiam inculcar nos alunos a compreensão da unidade do povo brasileiro. Assim, o ensino da disciplina tinha “[...] o alto intuito de fortalecer cada vez mais o espírito de brasilidade, isto é, a formação da alma e do caráter nacional” (Plano Nacional de Educação, 1936 *apud* ABUD, 2006: 34).

Ao tratar de revoltas e guerras em que o país esteve envolvido, Valente narra a época imperial como sendo um período pacífico, sobretudo no Segundo Reinado, o qual a

historiografia convencional descreve como tempo harmonioso e de progresso. Possivelmente, o país obteve uma situação de equilíbrio e estabilidade a partir do momento em que a monarquia constitucional conseguiu harmonizar os diversos interesses dos grupos hegemônicos (GOUVÊA, 2008). Entretanto, o professor-autor silencia a respeito das revoltas sangrentas do Período Regencial, como a Cabanagem (1835-1840), o Levante dos Malês (1835), a Sabinada (1837-1838), a Balaiada (1838-1841), a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Cabanada (1832-1835), dentre outras insurreições locais no Segundo Reinado como a Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875), em Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, além da

[...] Revolta dos Queimados, no Espírito Santo (1849), a Praieira, a Revolta do Ronco das Abelhas, envolvendo as províncias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará e Sergipe (1851-1852), o conflito do Teatro São João (1854) e o chamado motim da “carne sem osso, da farinha sem caroço e do toucinho grosso” ou “sedição dos chinelos” ou ainda “revolta das pedras” (1858), estes dois últimos em Salvador, e Revolta do Vintém, na Corte em 1881 (GONDRA; SCHUELER, 2008 : 57).

Esse silêncio de Valente a respeito das manifestações está respaldado na ideia da construção de um sentimento nacionalista, que ocupava grande espaço entre os intelectuais brasileiros das primeiras décadas do século XX, que também silenciavam a respeito das revoltas ocorridas no período republicano, a exemplo da Revolta de Canudos, do Contestado, etc. Nesse sentido, o cônego Valente defendia um chamado “nacionalismo de direita”, já que em sua escrita “[...] predominava a ideia de união, que omitia qualquer tipo de manifestação de descontentamento interno das camadas sociais dominadas, evitando tratar das diferenças regionais, sociais ou culturais” (BITTENCOURT, 2005 : 185).

Além dos levantes internos, o país enfrentou o desafio de manter a sua integridade territorial através de lutas internacionais como as Guerras do Prata, do Uruguai e do Paraguai. Para Valente, “não há, pois, que maldizer, como fazem alguns historiadores, a política do imperador na intervenção do Uruguai, visto como estavam em jogo a dignidade da pátria e a paz dos brasileiros” (VALENTE, 1928: 27).

É importante frisar que, em sua escrita, Valente reconhece em alguns historiadores críticas à forma como o Brasil tratava os seus vizinhos da América do Sul. Porém, ele adota outra postura. Assim, tratando de tais questões, procura sempre afirmar o grau de civilização em que se encontrava o Brasil, sempre generoso e bondoso para com as outras nações, e estas

é que lhes respondiam com hostilidades. Nesse sentido, considera que a superioridade moral do país podia ser vista na postura do seu Imperador, que após a guerra, “[...] sempre magnanimo, procurou refazer a republica do Paraguay, dando liberdade aos prisioneiros da guerra e levantando o animo dos velhos, mulheres e demais pessoas foragidas nos campos corridas da barbaria de Solano Lopes” (VALENTE, 1928:49). Segundo ele, a mulher brasileira teve uma função importante para que o país vencesse a guerra. Seu papel no conflito era “rogar a Virgem Maria” que auxiliasse os combatentes. Vale lembrar que o fim da Guerra do Paraguai acentuou as tensões internas do país e o descontentamento do exército acalorou insatisfações que culminaram na derrota do Império (GOUVÊA, 2008).

Nessa linha de argumentação em que silencia a respeito dos conflitos internos, pois eram prejudiciais à construção da nação, a disseminação da união da nação em torno de um “inimigo” comum era uma questão importante no sentido da constituição da identidade nacional. Por isso, Valente destaca a Guerra do Paraguai como expressão de um momento de participação de todos os brasileiros, brancos, negros, índios e mulheres, todos juntos numa demonstração de verdadeiro patriotismo. O que revelava a “harmonia social” do país.

Como fica evidente certo entusiasmo ao versar sobre o Imperador, igualmente constatamos um tom triste e melancólico em sua tese quando aborda a escravidão. Contrário a ela e considerando-a uma barbárie, Valente fundamenta-se na doutrina cristã para justificar seus argumentos, afinal há uma incompatibilidade entre cristianismo e escravidão, especialmente quando aquele prega a igualdade e a fraternidade entre os homens. Para ele:

*Entretanto, a desrazão desses princípios é clara, visto que não é certo, nem é humano que os vencedores tenham sobre os vencidos o direito de escravagem, quando não se vêem nos laços da legitima defesa. **O vae victis, ae dos vencidos** que a historia conserva em suas paginas como um triste marco da ignomia de então, nos prova o horror, a barbaridade dos soberbos vencedores* (VALENTE, 1928:51).

O argumento religioso era uma das vertentes entre os abolicionistas brasileiros, que também se fundamentavam no direito natural à liberdade desenvolvido pelos filósofos iluministas. Outros se apoiavam, ainda, nas vantagens econômicas, sendo que o trabalho livre seria mais econômico que o escravo.

Carvalho (2005) considera o argumento religioso para defender o fim da escravidão um tanto paradoxal, pois se por um lado havia uma interpretação libertária do cristianismo,

por outro a economia cristã muitas vezes se compatibiliza com a escravidão, sobretudo quando a sujeição estava associada ao pecado, sendo uma consequência dele. Especialmente em se tratando da escravidão africana, etíope, a religião cristã considerava que eles estavam profundamente mergulhados no pecado, no vício, na imoralidade e, sobretudo, na prática de uma religião “demoníaca”. Pesava sobre eles ainda a maldição, pois supostamente eram “[...] descendentes de Cam, o filho de Noé que fora amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez [...]” (CARVALHO, 2005: 41).

Ainda no início da discussão, Valente remete o leitor à Antiguidade Clássica para explicar as origens da escravidão, sem ainda tocar no tema relacionado à escravidão africana, questão da qual tratou posteriormente. Não é demais lembrar que naquele período histórico, o escravizado era o prisioneiro, aquele a quem o vencedor poupava da morte. Para marcar a sua posição contrária ao escravismo, seja ele antigo ou moderno, o professor-autor busca também auxílio na Filosofia, mais precisamente na Escolástica¹⁵ e nos escritos dos padres antigos, bem como nos textos bíblicos, que tratam sobre a máxima cristã de “amor ao próximo”.

Em relação à posição da Igreja frente à escravidão no Brasil, Valente procura a todo custo defender a instituição Católica. Como membro do “alto” clero alagoano e ocupando lugar de destaque na Igreja local, dificilmente faria diferente. Assim, argumenta que a Igreja não poderia interferir nas questões sociais e políticas, por isso executava um trabalho sutil para evitar conflitos entre as classes. Seu papel era reformar os costumes e a cultura de um povo, buscando resolver a situação de forma pacífica. Segundo ele, essa renovação dos costumes era realizada em trabalho quase que imperceptível permitindo que os cativos participassem de missas, rezassem as orações, e até elevando dois deles a condição de Papa, como Pio e Calisto, ambos ex-cativos, depois, santos canonizados¹⁶.

Por isso, apesar da maldade sobreposta aos negros, sob os olhos da Igreja, Valente considera que esses povos encontravam nela uma segurança, pois “[...] ao invés de Indulgencia por troca de oiro, os reis de Portugal recebiam dos Papas condenações aos seus desmandos e maldades” (1928: 57). Segundo ele, “mal soube a Santa Sé do trafico dos pretos, logo protestou com Pio II contra o governo de Portugal. Mais tarde Paulo III fere de ex-

¹⁵ Método dominante nas universidades medievais europeias no período de 1100 a 1500, tendo como principal representante o padre dominicano Tomás de Aquino (1225-1274).

¹⁶ Salientamos que Valente não está tratando da chamada escravidão moderna. Sendo assim, quando afirma que os papas eram cativos, não quer dizer que, necessariamente, eles fossem negros.

comunhão aos que captivam os negros [...] Paulo III fez mais: declarou nulla a venda de escravos” (1928:57).

Para Carvalho (2005), o cristianismo católico, sobretudo de vertente ibérica e luso-brasileira, muito provavelmente tenha sido capaz de se colocar claramente contra a escravidão, como ocorreu com alguns grupos do cristianismo reformado. E ainda que na Colônia e Império muitos padres e religiosos tenham se colocado nas discussões contrariamente à prática escravista, fruto de suas épocas, na maioria das vezes, limitavam-se a solicitar um tratamento mais “cristão” aos escravizados.

Constatamos que, apesar de embasar seu pensamento teórico em Joaquim Nabuco, Valente não levou em consideração o que o líder abolicionista escrevia a respeito da participação da Igreja na luta pela liberdade negra. Para Nabuco, as considerações sobre o espírito cristão e generoso do brasileiro contrário à escravidão, bem como o grau de civilidade religiosa por que passava a nação, não condiziam com as práticas do catolicismo na época, que acabou por não contribuir no processo abolicionista, sendo vergonhosamente omissa (NABUCO *apud* CARVALHO, 2005: 57).

Mesmo que institucionalmente a Igreja não fizesse claramente a defesa do fim da escravidão, muitos padres e religiosos colocaram-se contrário a ela, a exemplo de frei Caneca, mentor intelectual da Confederação do Equador (1824), que dentre outras coisas defendia o fim daquele regime.

Segundo Valente, a escravidão moderna poderia ser associada ao martírio dos africanos. No caso brasileiro e de outras colônias, foi subjugada pelos portugueses. Mas ressalta que tal perversão não era obra exclusiva da coroa lusitana, mas também dos espanhóis, franceses, holandeses e ingleses. Estes últimos “[...] chegaram ao cumulo da venda dos seus patricios, os irlandezes remetidos para Jamaica, e ainda hoje escravizados” (VALENTE, 1928:57). Lembra que a crueldade com a qual os colonizadores protestantes tratavam negros e índios era superior se comparada àquela executada pelos colonizadores católicos.

Em sua opinião, esse martírio é algo macabro e doloroso. É com essa visão que ele avalia as maldades do tráfico negreiro e da escravidão, a começar pela viagem empreendida da África para o Brasil, em transportes indignos, nos chamados “navios negreiros”. No Brasil, as surras no tronco, as mãos e pés acorrentados e dias inteiros no trabalho pesado e cruel,

deveriam merecer nossa caridade. Segue ele descrevendo o martírio: “a mutilação dos membros, a marca na face com ferro quente eram penas de pequenos delictos ou ceremonias preparatorias para o esquartejamento, a forca” (1928:58).

Recuando um pouco mais na história, o cônego reconhece os negros como os grandes construtores da nação brasileira. Assim, passa a ressaltar a inteligência da resistência negra, sobretudo no Quilombo dos Palmares, o qual considera como uma perfeita república, e digno de muitos estudos, pois “é dever da história fazer justiça a [essa] grande porção da família brasileira [...]” (VALENTE, 1928:59).

Mesmo próximas à chamada “Modernidade”, as posições de Valente a respeito dessa temática não era tão comum nas produções intelectuais, especialmente nos livros didáticos, porque havia uma tendência de profunda aversão, à época, a tudo que se relacionasse à cultura negra, especialmente às religiões, associadas à feitiçaria e à bruxaria. Esse aspecto pode ser ilustrado no compêndio *Lições de história do Brasil* (1861), de Joaquim Manuel de Macedo, utilizado no Colégio Pedro II até 1916. Ao analisar o Quilombo dos Palmares, não destacou a grandeza e civilização de Palmares, como Valente, mas “[...] de forma coerente, no quadro sinóptico o herói é Domingos Jorge Velho, responsável pela destruição de Palmares, e não Zumbi, ainda que este seja citado” (MATTOS, 2007:221). Ainda, nesse sentido,

[...] afirmar que Zumbi foi qualificado como um herói digno de figurar na galeria dos mártires no Brasil no início do século XX pode parecer, à primeira vista, um tanto descabido, na medida em que esse é um momento em que a historiografia afirma um predomínio quase absoluto das teorias raciais e a rejeição ao que estivesse associado aos descendentes africanos (DANTAS, 2007: 233).

Ao analisar os programas didáticos de História de 1942, Abud (2006) constata que os livros didáticos do período dedicavam pouco espaço ao negro. Este não era visto como elemento formador da brasilidade, do ponto de vista etnográfico/antropológico, tendo em vista a sua diluição pela miscigenação. Ainda segundo a autora, nesses compêndios, o negro era importante somente do ponto de vista econômico, sendo tratado como mercadoria. Nesse sentido, os livros didáticos da época procuravam mostrar o Brasil a partir de sua “unidade” cultural, fundamentada na civilização europeia, negando os valores culturais, sobretudo linguísticos e religiosos dos povos africanos, que seriam grandes empecilhos da integração cultural brasileira, baseada na língua portuguesa e na religião católica.

Procurava-se encontrar também uma unidade étnica, no caso a branca, para o povo brasileiro, tentando transformar a miscigenação que nos tornaria inferiores, dada a maciça presença do negro, num processo de branqueamento. Enfatizava-se, contudo, a influência que os africanos e índios teriam exercido sobre nossa formação cultural, isto é, na língua, na culinária e nas “superstições”, como os livros chamavam as religiões de origem africana (ABUD, 2006: 38).

No desenvolvimento da tese, Valente passa então a inserir-se no combate historiográfico em defesa da Abolição da Escravidão. Segundo Carvalho (2005), as batalhas históricas são travadas pelo menos em duas vezes: a primeira quando se dá o evento, e a segunda a partir das interpretações sobre eles, sem, contudo, uma ser mais importante que a outra. Dessa forma, o autor da tese argumenta que a abolição daquele regime, mesmo tardia, foi a mais “gloriosa e completa” de todas, pois foi cunhada sob o espírito brasileiro, o qual era contrário à escravidão, graças ao grau de civilidade da religião católica.

*[...] a abolição no Brasil se foi mais demorada, foi mais gloriosa, e quiçá a mais perfeita dos povos cultos. Nos Estados Unidos o negro é pior que um escravo. Vive debaixo do ódio do povo yankee á semelhança dos hilotas dos antigos espartanos. Não ha fusão de raças, nem egualdade de direitos. Os negros teem á parte: escolas, templos protestantes e cemiterios. Nos bondes e nos trens se lê em cartazes num ponto – **Branco** – e noutra **Pretos** – *Querem os americanos a cargo da terrível Ku-Klux-Klan – tão conhecida no linchamento dessas pobres creaturas. Os ingleses estabeleceram um código especial para os pretos (VALENTE, 1928: 65).**

A despeito dessa afirmação, é importante salientar que o autor não esteve atento a questões que tratassem a respeito da falta de assistência aos ex-escravizados no Brasil. Liberto, o negro foi entregue a própria sorte. Não houve agenciamento de acesso a terra, moradia, tampouco escola. Entretanto, essas suposições sobre as diferenças entre a escravidão brasileira e a estadunidense, considerando que a última foi mais cruel que a primeira, visão comum à época de Valente, estão sendo revistas pela nova historiografia. Para Carvalho (2005, p. 70), “[...] os dados sobre fertilidade e mortalidade infantil parecem indicar um tratamento mais humano dos escravos norte-americanos [...]”. Naquele país, os negros apropriaram-se dos aparelhos ideológicos dos brancos, a exemplo das igrejas protestantes, para formar lideranças e promover a sua emancipação. Certamente, esse processo significou a perda ou deturpação de suas origens religiosas, devido ao maior fanatismo dos grupos reformados.

No Brasil, não houve essa perda total das origens religiosas africanas, pois existiu algumas formas de resistência negra para preservar a sua religiosidade, tais como a associação de seus sistemas de crenças aos santos católicos, o que gerou o sincretismo afro-católico. Entretanto, apesar de se propagar a “tolerância” para com as religiões africanas, o catolicismo estava inserido no processo da escravidão, pois

[...] a própria Igreja, nas pessoas de seus representantes, bispos, padres e religiosos praticavam a escravidão. Padres seculares eram proprietários de escravos e alguns tinham filhos de suas escravas. Ordens religiosas eram também grandes proprietárias de escravos. Algumas chegaram até mesmo, segundo certos depoimentos, a se dedicar à reprodução de escravos. Enfim, a participação na Igreja não era fator de libertação [...] (CARVALHO, 2005: 77).

Salientamos que a luta contra o tráfico de escravizados no Brasil teve seu início ainda no ano de 1807, quando a Inglaterra iniciou campanha para acabar com o tráfico, especialmente fazendo pressão aos países mais vulneráveis. Portugal assinou acordos com a Grã-Bretanha em 1810, 1815 e 1817. Nesse sentido, segundo Carvalho (1996: 270), “[...] o Brasil nasceu sob essa pressão, pois a Inglaterra exigia o fim do tráfico como condição de reconhecimento diplomático da independência [...]”. Dessa forma, o país nascente foi obrigado a assinar acordos em 1826 (ratificado em 1827), pelo qual o tráfico deveria ser extinto em três anos, ou seja, 1830. Contudo, a lei antitráfico de 07 de julho de 1831 não foi implementada.

A despeito das pressões inglesas para o fim do tráfico, Valente considera que tais circunstâncias se deram pela ganância daquele país e não pela caridade, como assim pregava o sentimento cristão católico (1928). Certamente o interesse britânico pelo fim da escravidão deu-se por questões econômicas, pois não queria ficar em desvantagem com relação à produção de açúcar. Carvalho (1996) enfatiza que o fato de Brasil e Cuba competirem vantajosamente com as Índias Ocidentais era a principal razão das pressões inglesas para o fim da escravidão nesses países.

A última década do processo abolicionista foi marcada pela participação “popular”. Diferentes vozes se levantaram em favor da causa, principalmente, na imprensa, no exército e na política. Segundo Carvalho (1996:294), em 1887, “[...] o Clube Militar publicou um manifesto recusando-se a perseguir escravos fugidos [...]”. Valente ressalta tal ação da

seguinte maneira: “[...] recebendo ordem de captural-os, o nosso exercito e a policia, num gesto de humanidade, se recusaram á caça dos seus irmãos” (1928:61).

A propaganda abolicionista feita pelos vários atores sociais não foi esquecida por Valente. Sobretudo, aquela desempenhada pelos periódicos locais, tais como: *Lincoln*, *Gutenberg*, *Diario do Povo*, *Gazeta de Notícias* e *Revista Comercial*. Ressalta também a ação do parlamento alagoano, no qual “muitas vezes se levantaram contra a escravidão”. Finalmente ressalta a mocidade alagoana responsável por fundar o *Club Abolicionista Estudantesco* e a *Sociedade Libertadora Alagoana*. Embora ambos não tivessem força de libertação dos negros, os consolava e os defendia.

É de notar a “Sociedade Libertadora Alagoana” fundada aqui em Maceió em 1881, destinada á alforria dos captivos. E então num dos apartamentos do “Collegio Bom Jesus” se reuniam aos domingos, os benemeritos apóstolos da cruzada redemptora, Antonio de Almeida Monteiro, Diégues Junior, Antonio Duarte, Alves Tosta, Guilherme Gomes Pinto, Francisco Domingues, Domingues Lordslem, Josè Hygino, Dr. Antonio Monteiro e outros” (VALENTE, 1928: 61).

Esse tipo de discurso que minimiza a luta dos negros e exalta a ação dos brancos abolicionistas contra os proprietários de escravizados perdurou na historiografia brasileira por muito tempo. Esses discursos negavam a iniciativa dos cativos, silenciando suas ações de rebeldia. Contudo, pesquisas mais recentes

[...] têm demonstrado a constante iniciativa escrava. Os escravos não eram máquinas nem animais. Reagiam sistematicamente à situação em que se viam. Revoltas, fugas e assassinatos eram ações mais espetaculares desta reação. Mas nem de longe eram as mais frequentes e talvez nem mesmo as mais importantes. As condições de trabalho eram constantemente negociadas com os proprietários. No Brasil há o caso, raro mas revelador, de uma verdadeira proposta de um pacto escrito feita por escravos a seu senhor. Aspectos das relações de trabalho e da vida escrava em geral, como a chamada brecha camponesa, os dias de descanso, o pecúlio, as festas, mesmo o pagamento de pequeno salário, tudo era objeto de pressão escrava e de negociação com os donos (CARVALHO, 2005: 69).

Para finalizar sua primeira tese, Valente trata do progresso intelectual e material do país, sobretudo nos anos finais do Império. Segundo ele, o país passava por um forte crescimento econômico a partir da intensificação da agricultura, da indústria, do comércio e das artes. Do ponto do vista intelectual, o professor-autor considera que houve pouco avanço, mas isso não era culpa do Império, pois

[...] si quezermos buscar uma das causas do decrescimo da instrucção popular, assim no Brasil, como no velho Portugal, haveremos de encontral-os nas leis pombalinas que expulsando de lá e de cá os jesuitas, fecharam centenas de collegios e de escolas e fizeram silenciar integralmente e injustamente os primeiros e os melhores mestres do Brasil (VALENTE, 1928:69).

Por fim, aborda a efervescente e eufórica propaganda republicana, sobretudo feita pela imprensa. Segundo ele, mesmo tendo sido pego de surpresa, o Imperador D. Pedro II, por seu espírito cristão e caridoso, evitou o derramamento de sangue e se retirou pacificamente do país, após um longo governo de grandes serviços prestados ao Brasil (1928).

Como pudemos observar, igualmente a outros estudiosos do período, Valente trata da história do Brasil a partir dos ideais de uma suposta identidade nacional e democracia racial. Seus argumentos podem ser associados aos saberes ensinados nos livros didáticos da época. Nesses compêndios, a história do Brasil era ensinada tendo em vista a construção da ideia de uma nação constituída a partir de um passado único e homogêneo – de única língua, religião e território; caracterizado pela ausência de conflitos internos (BITTENCOURT, 2005). Nesse sentido, as teses do sacerdote estavam em sintonia com o ufanismo patriótico posto nos livros didáticos vigentes à época.

Esse tipo de conteúdo abordado nas teses de Valente, possivelmente ensinado por ele na sala de aula, corroborava como a ideia de que a nação brasileira era “[...] fruto incontestável da civilização ocidental greco-latina e cristã, assegurando por esse passado histórico, o molde a ser preservado para o futuro moderno e próspero do país [...]” (BITTENCOURT, 1990:199). Vale ressaltar que este ideal construído a partir dos heróis nacionais e da harmonia entre os grupos sociais foi apropriado entre aqueles que se revezaram no poder.

Considerações finais

Não se pode negar a ação religiosa e educacional exercida pelo cônego Valente na sociedade maceioense, seja como sacerdote, atuando na Catedral de Maceió; jornalista, criando e dirigindo o jornal da Arquidiocese, *O Semeador*; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; ou professor, do Liceu Alagoano e do Seminário Arquidiocesano.

Suas palavras e escritos tiveram um papel significativo na formação cultural, social e religiosa do povo em Alagoas.

Ao que constatamos, monsenhor Valente buscou se utilizar dos espaços sociais, disputando com a elite intelectual local os lugares de atuação política para difundir os valores do cristianismo católico. Entretanto, não se limitou à atuação enquanto religioso. Por diversos meios expandiu seu campo de formação junto aos meios educacional, cultural e social. Dessa forma, independentemente do juízo que se faça, suas ações estavam imbricadas social e historicamente, determinando e sendo determinado naquele contexto educacional. Nesse sentido, lembramos que a história é uma experiência humana contraditória, não tem um único sentido ou significado, não é linear, não é homogênea, ela pode gerar várias interpretações. Portanto devemos evitar a velha tentação de dividir os humanos em bons e maus, especialmente quando escolhemos um estudo sobre um sujeito que aos olhos de hoje pode ser caracterizado como um conservador. Longe de ser um revolucionário, Valente foi um homem do seu tempo e lugar, e como tal, condicionado a enxergar o mundo por uma determinada lente.

Como vimos, o professor-autor obedece a uma escrita própria de seu grupo social, em defesa do lugar da Igreja, e tenta fazer isto habilmente ao elaborar uma narrativa coerente do ponto de vista dos argumentos. Imerso numa concepção de história a qual privilegia os heróis da pátria, o sacerdote alagoano se põe numa escrita apaixonada do Império, em particular de D. Pedro II. Desse modo, o critério de neutralidade requerido por uma versão positivista da história não se manifesta nas entrelinhas daquela escrita. O fato de Valente ser um clérigo parece determinar seu lugar de escrita, como nos lembra Certeau, pela defesa permanente dos interesses da Igreja Católica.

É possível que, mesmo eventualmente ou seguindo o programa oficial nas suas aulas de História do Brasil no Liceu Alagoano, as lições tivessem relação com as temáticas da tese. Desse modo, não é difícil imaginar a exposição do professor cónego Valente, imerso nas reflexões relacionadas ao Império.

Em relação aos saberes que circulavam na formação dos discentes do Liceu Alagoano, a partir das teses do cónego Valente, consideramos que eles passavam a reafirmar valores relacionados à construção e constituição da identidade nacional, como fazia a maior parte dos intelectuais à época. Além disso, a escrita do professor era marcada pela ideia de

pacificação e conformação social, as quais, embora, de certa forma, fossem oriundas de propósitos do catolicismo, não ficavam a dever àqueles pleiteados pelos ideólogos da República Brasileira. Para a administração do Governo Vargas, tais valores seriam de grande valia na consolidação de seus propósitos.

Assim, o sistema escolar brasileiro convivia com embates entre propostas pedagógicas diversificadas, desde as mais conservadoras, a exemplo desta vinculada aos interesses do cristianismo católico, como também aquelas de caráter liberal, escolanovista e revolucionária ou de ordem anarquista/comunista. O que prevaleceu, em grande parte nos livros didáticos e veiculados como saber escolar, foram aqueles saberes que reafirmavam os valores acima mencionados (BITTENCOURT, 1990).

Este trabalho, em linhas gerais, a respeito do ensino de história configurado na tese do cónego Antônio Valente, procurou corroborar na compreensão dos valores e referências que o religioso possuía e assim, a partir da peculiaridade da mesma pudemos evidenciar algumas características do modelo de História, especialmente do Brasil, que era ensinado no Liceu Alagoano.

Referências

ABUD, Katia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

Acta da Sessão de 11 de setembro de 1823. In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Ano LVI, Vol XIII. Maceió: Oficinas graphicas da Livraria Machado, 1928, p. 300-301.

Arquidiocese de Maceió. *Livro do Tombo nº 15* (1961-1964). Arquivo da Arquidiocese de Maceió.

Arquidiocese de Maceió. *Livro do Tombo nº 16* (1965-1968). Arquivo da Arquidiocese de Maceió.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. Identidade nacional e ensino de história no Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BONAFÉ, Luigi. Um herói em dois tempos: apontamentos para uma história da memória sobre Joaquim Nabuco. In: ABREU, Marth; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Culturas e leituras do passado: historiografia e ensino de historia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 111-129.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

DANTAS, Carolina Vianna. Culturas históricas, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação. In: ABREU, Marth; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Culturas e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 111-129.

DUARTE, Abelardo. *História do Liceu Alagoano*. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Igreja e educação na Primeira República. In: *25ª Reunião anual da ANPED*, 2002, Caxambu.

MATTOS, Hebe. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e uso das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compendias didáticos brasileiros. In: ABREU, Marth; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Culturas e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 213-227.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007.

O SEMEADOR. Maceió, 1º de agosto de 1934.

SOARES, Mons. José Luís. Antônio Valente. Conferência pronunciada no Teatro de Arena Sérgio Cardoso, em 18 de outubro de 1981, na série *Nossas figuras pouco lembradas*, organizada pela FUNTED (Fundação Teatro Deodoro). Maceió, 1981. (Texto datilografado).

VALENTE, Conego Antonio. *Dissertação histórica sobre o reinado de D. Pedro II*. Maceió: Papelaria Valente, 1928.

VASCONCELOS, Cícero de. *Sobre a história da Catedral de Maceió*. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1962.